

O Guayba: o papel do jornalismo literário na formação dos jovens sul-rio-grandenses em Porto Alegre (1856-1858)

Carla Renata Antunes de Souza Gomes *

Resumo

Este artigo apresenta o periódico literário **O Guayba** que circulou em Porto Alegre de 1856 a 1858 e seu papel como difusor da cultura literária produzida na Província, entendendo-o como um espaço de formação dos jovens para atuação na imprensa e no exercício da opinião pública. Os aspectos analisados são: a estrutura do jornal como empresa e suas estratégias de relacionamento e manutenção de público leitor, assim como, do conteúdo, principalmente, os editoriais que expressam os temas mais importantes para os redatores do jornal: o papel da educação e da imprensa na formação político-literária dos jovens na sociedade sul-rio-grandense.

Palavras-chave: Periódicos; Cultura letrada; Século XIX; Porto Alegre; Imprensa.

Os estudos sobre periódicos vêm prestando grande contribuição à escrita da história, seja em termos de formulação de problemas, seja na renovação dos objetos de pesquisa, principalmente, a partir das interpretações com base na história cultural que compreenderam o conteúdo discursivo não como mero reflexo da sociedade, mas como elementos significativos de práticas e representações que constroem historicamente uma realidade sociocultural (CHARTIER, 2002, p. 63).

* Doutora em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Historiadora e Museóloga. Professora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle (UNILASALLE – Canoas). Professora do curso de Conservação e Restauro da Faculdade Tecnológica da Serra Gaúcha (FTSG – Caxias do Sul). E-mail: carla.gomes@unilasalle.edu.br.

As ideias, quando escritas, tornam-se ações semânticas, e quando publicadas, tornam-se ações sociais compartilhadas que configuram práticas discursivas, sobretudo, nos impressos periódicos (ANGENOT, 1992, p. 7). Tais ações ou práticas sociais sofrem modificações que indicam que as representações do mundo social são historicamente construídas pelos indivíduos a partir de necessidades e indagações diante de um presente qualquer (LE GOFF, 1996; RICOEUR, 1997). Portanto, as transformações ou atualizações na forma de percepção do mundo podem ser captadas pelo historiador por meio da escrita, da pintura, da música, ou pelas instituições culturais, políticas e sociais que lhes dão suporte, assim como pela ausência ou desaparecimento de qualquer desses meios de representação e apresentação (BURKE, 2005).

No caso da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, durante o século XIX, os periódicos podem ser compreendidos como um espaço, que foi lentamente institucionalizado (BERGER; LUCKMANN, 2005), pois congregou os letrados empenhados em produzir um ambiente intelectual propício à emergência de uma cultura literária na Província. Concomitantemente, tornaram-se importantes constituintes na formação de um rico acervo sobre a memória dessas práticas (CERTEAU, 1994).

É, portanto, no sentido de construção de um lugar que permitisse a produção da escrita intelectual que se entende o conjunto de periódicos literários como o meio institucional que tornou possível a reunião de um grupo de letrados, os quais, ao compartilharem ideias e anseios, deram continuidade às práticas de escrita, leitura e oratória, e, finalmente, formularam regras que definiam como deveriam proceder e qual o padrão de conduta deveria ser adotado para pertencer ao grupo e à instituição¹.

Além disso, muitas discussões suscitadas nas páginas impressas, certamente, eram levadas a outros lugares também compartilhados pelos letrados. Nesse sentido, cumpria o jornal sua função de disseminar e fomentar a produção letrada e de cultivar o espírito. Esse papel social não era pequeno diante do vazio de instituições oficiais

¹ A base teórica dessa formulação foi encontrada em Berger e Luckmann (2005, p. 79-80), que caracterizam a origem das instituições a partir de alguns elementos básicos: “A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. [...] As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social [...] e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais. [...] As instituições implicam a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada. [...] As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições [...] controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis.”

voltadas para esse fim na capital da Província de São Pedro do Sul.

Assim, os periódicos literários, convertidos em fontes históricas, nos permitem encontrar informações privilegiadas sobre a cultura urbana e letrada de Porto Alegre na segunda metade do século XIX, o ambiente de sua circulação, o perfil de seus leitores, ou, ainda, o espaço de formação dos jovens nas práticas públicas de leitura e escrita. Tais documentos dão visibilidade ao conjunto das práticas sociais que contextualizam a estrutura externa e interna dos periódicos e contribuem, sobremaneira, para a construção de uma memória das práticas letradas na capital sul-rio-grandense.

É importante considerar que esse espaço de escrita e de oratória, de debate e exposições de ideias, tinha uma dupla função pedagógica: a primeira, estimular o surgimento dos futuros escritores e formá-los no ambiente propício à produção letrada; a segunda visava que seus escritos, ao serem publicados nos periódicos, repercutissem na sociedade contribuindo para educar outros jovens espíritos na seara literária (ADORNO, 1988, p. 181; GARMES, 2006, p. 66-90; SÁ, 2006, p. 33-60). Esse era um modelo de difusão de saber que encontra suas origens na ideia de “República das Letras” ou “comunidade do saber”, como Burke (2011) prefere denominar, na qual “os escolhidos” teriam acesso à participação em igualdade de condições.²

Desse modo, **O Guayba** demarca um modo de apresentação diferenciado na imprensa local ao reunir um grupo disposto a participar como escritores, leitores, ou como membros da comunidade preocupados com a constituição de um legado histórico-literário da memória das práticas na Província por meio da produção e preservação de seu acervo. Esse grupo constrói outra alternativa de inserção no espaço público, isto é, outro modo de ação política na capital dos rio-grandenses, já que os impressos periódicos literários são o meio pelo qual os atores sociais engajados nas questões sociais buscam se manifestar sem a necessidade do estrito vínculo partidário. Neste artigo são analisados os editoriais do jornal sobre o papel da educação e da imprensa na formação político-literária dos jovens na sociedade sul-rio-grandense.

² Burke (2011, p. 277-278) apresenta uma análise com base no modelo europeu, dos séculos XVII e XVIII; entretanto, ela é pertinente ao caso do Brasil monárquico e suas relações sociais extremamente hierarquizadas. O estudo da **Respublica litterarum** do início da era moderna – a República das Letras, ou como prefiro chamá-la, a Comunidade do Saber [*Commonwealth of Learning*] –, de Erasmo a Diderot, tornou-se um tema bastante popular entre os historiadores nos últimos 30 anos.

O Guayba: Periódico Semanal, Litterario e Recreativo

O Guayba é o primeiro periódico dedicado exclusivamente à vida cultural da cidade de Porto Alegre, circulou sempre aos domingos, de 03 de agosto de 1856 a 26 de dezembro de 1858, totalizando 120 edições na coleção encontrada para consulta no IHGRS (Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul). Em 1856, foram impressas 22 edições de agosto a dezembro; em 1857, são publicados de janeiro a dezembro 51 números da revista; e em 1858, a edição é interrompida em abril e em setembro, cinco edições deixam de ser impressas, totalizando 47 os números publicados no último ano de existência. Dos dois anos e meio de tiragem semanal, apenas 5 edições de 1857 não foram encontradas para consulta.

A primeira revista literária sul-rio-grandense possui o formato tablóide³ (tamanho 30 cm x 20 cm) e numeração consecutiva, embora os primeiros três exemplares tenham sido numerados como se fossem únicos, ou seja, da página um a oito. Os editores, no entanto, parecem ter percebido o engano, ou mudado de ideia a respeito da numeração. O que acontece é que a partir do quarto exemplar, ainda no mês de agosto, as páginas passam a receber numeração sequencial contada desde o primeiro exemplar e essa numeração recomeçava a cada ano.

Seguindo uma linha editorial que contém um viés, predominantemente, educativo, o periódico apresenta uma grande variedade de temas no artigo de opinião (editorial), cujo conteúdo pode ser classificado em: Filosóficos (22), Religiosos (18), História geral e do Brasil (18), Educação (12), Literatura (12), Imprensa (10). Os demais temas (22) abordam Geografia e Geologia, crítica social, imigração, artes, mulher, classe militar e futuro. Entre as seções permanentes mantém, além do artigo de opinião, o “Álbum Poético” e a “Revista (crônicas sobre o cotidiano urbano)”. Outras seções, como “Biographias de Rio-Grandenses ilustres pelas Ciências”, “Letras”, “Armas e Virtudes”, “Contos”, “Variedades”, “Romance”, “Anedotas”, “Romances e Novelas”, “Cosmorama”, “Reflexões Cosmographicas” e “Retratos Históricos do Século XIX”, flutuavam em suas páginas conforme as contribuições dos colaboradores.

Tal seleção de assuntos estabelece relações necessárias com um público leitor que, em grande parte, provinha do ensino secundário, formado tanto por alunos quanto

³ “Tabloide: Periódico de tamanho igual à metade da folha de jornal. Contraponto do jornal “standard”, de 51 cm de altura por 37,5 cm de largura, exclusive as margens. O tabloide tornou-se comum depois da Segunda Guerra Mundial, representando um recurso da imprensa em face do encarecimento do papel e da matéria-prima, além de oferecer comodidade de leitura.” (BAHIA, 1967, p. 213).

por professores. Os temas correspondem de uma parte às matérias lecionadas, e de outra, aos temas de formação do cidadão, ou seja, às críticas ao sistema de ensino, à seleção e à má remuneração dos professores (já que os editores da revista também atuavam no magistério), aos costumes da sociedade, ao papel da mulher e, principalmente à importância da imprensa para a sociedade.

O conteúdo d' **O Guayba** também seguia de perto as discussões e preocupações daqueles jornais e escritores públicos europeus setecentistas, ou seja, o ideal iluminista de instruir a sociedade por meio de escritos morais edificantes e propagadores de conhecimento (PALLARES-BURKE, 1995; 1996; 1998), não sendo, portanto, apenas coincidência que três dos quatro integrantes permanentes da revista exercessem o magistério: Carlos Jansen⁴, João Vespúcio de Abreu e Silva⁵ e Pedro Antonio de Miranda.⁶ Como os iluministas, os jovens letrados rio-grandenses aspiravam a representar um papel eminentemente moralizador na sociedade; para tanto se voltavam às questões relativas ao “bem público” e à “observância dos deveres morais” dos

⁴ Carlos Jansen (1829-1889) chegou ao Rio Grande do Sul em 1851, com as tropas alemãs (os *brummers*) recrutadas para combater Rosas. Cessado o serviço militar, passou a residir em Porto Alegre, onde se dedicou ao jornalismo e também ao magistério. As informações sobre Jansen são em geral muito superficiais, e quanto ao exercício do magistério, há a referência de que em 1863 publicou uma gramática de português para o estudante alemão. Nessa obra, conforme Dante de Laytano, o autor “[...] dá seus títulos que são os de professor de alemão, português e francês, geografia e matemática, escrituração mercantil, além de se declarar sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”. Consta que foi admitido como sócio correspondente do IHGPSP em 20 de julho de 1862 (SCHNEIDER, 1993, p. 274; LAYTANO, 1974, p. 27; REVISTA DO IHGRGS, n. 123, 1982, p.167).

⁵ João Vespúcio de Abreu e Silva (1830-1861) lecionou geografia e história e exerceu o cargo de secretário da Inspeção de Instrução Pública em 1857. Foi admitido como sócio efetivo do IHGPSP em 05/08/1860. Os autores divergem quanto aos locais de exercício do magistério: Cesar (1971) informa Pelotas; Porto Alegre (1985), cita Pelotas e Porto Alegre; e Martins (1978) acrescenta Bagé. Schneider (1993, p. 152); Revista do IHGRGS, (n. 101, 1946, p. 60); Porto Alegre (1985) e Cesar (1971) informam que Abreu e Silva colaborou no jornal **Correio da Tarde** do Rio de Janeiro, quando lá residiu. Nas edições 7 e 8 de fevereiro de 1857 do **O Guayba** há o artigo “Impressões de Viagem”, no qual descreve as sensações que teve durante a viagem ao Rio de Janeiro. Esteve na Corte durante um mês e meio, entre junho e julho de 1855. Abreu e Silva terá sua biografia publicada na **Revista do Parthenon Litterario**, em 1874.

⁶ Pedro Antonio de Miranda (1843-1900) foi o cronista responsável pela sessão “Revista”. Durante toda a existência do periódico escreveu sob o pseudônimo de “O Freguez”, apresentando ou “revistando” os principais acontecimentos do cotidiano da cidade durante a semana, com observações mordazes e irônicas sobre os divertimentos, os comportamentos e as condições urbanas de Porto Alegre. Segundo Guilhermino Cesar (1971, p. 162), Miranda era professor particular de gramática e aritmética na **Revista do Parthenon Litterario** escreveria poesias, sob o pseudônimo “O Roseteiro” (MARTINS, 1978, p. 372); também foi charadista e poeta assíduo do **Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro** (1874, p. 44). Se a data de nascimento de Miranda não está errada, é curioso como um menino de 13 anos, que entrou para o Lyceu em 1853, poderia escrever da maneira espirituosa como o fazia e ainda habilitar-se a dar aulas. Acredito que deve haver algum engano nas datas, embora todos os autores consultados consignem a mesma e nenhum questionou a meninice de Miranda.

cidadãos. Ao adotarem uma postura engajada nas questões sociais do tempo, agiam “[...] como militantes, que na praça pública, com seus escritos em punho [...]” (PALLARES-BURKE, 1995, p. 15-16) bradavam por reformas na educação. Traziam para a cena pública a discussão da “cultura como um todo” e a crença no aperfeiçoamento das capacidades humanas por meio do cultivo das artes.

Portanto, considerar como instituição sociocultural o conjunto de periódicos literários, que tem início com **O Guayba**, torna visível o esforço e a persistência dos indivíduos envolvidos no processo de buscar outro modo de organização e de expressão social. Tal iniciativa permitiu aos letrados rio-grandenses exercerem o seu papel social de construtores de outra ordem de sentidos e de outra esfera de atuação para os homens da Província – nem estritamente vinculada à política dos partidos, nem ao tradicional modelo agrário-militar. Por isso, na pesquisa ampliada (GOMES, 2012), cada periódico de pequena ou extensa duração não foi tomado isoladamente, mas fazendo parte de uma cadeia de ações públicas e políticas que gerações de letrados, e suas práticas literárias e periodísticas foram construindo e consolidando.⁷

Periodismo literário e cultura urbana

Em 1856, quando **O Guayba** começa a circular aos domingos em Porto Alegre, a imprensa local contava com outras três publicações estabelecidas há bastante tempo na cidade, além dos jornais vindos de outras cidades. Já havia, então, um público leitor apto a consumir, ou começando a consumir textos e informações diferentes daqueles de cunho comercial ou político que desde 1827 povoavam periodicamente as ruas da capital (GOMES, 2012).

É nesse sentido que essa primeira revista literária sul-rio-grandense assinala não apenas o começo das atividades de um novo tipo de periódico em circulação na cidade, mas inaugura também práticas diferenciadas no jornalismo local ao apresentar temas variados e implementar estratégias de captação e manutenção do público leitor. Ela surge, portanto, como veículo de comunicação que procura um novo posicionamento social entre os leitores da cidade. Diferenciando-se dos antigos “pasquins” políticos,

⁷ Os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” de Koselleck (2006, p. 309-310), fornecem a base teórica do compartilhamento de ações que garantiram a manutenção do espaço de produção letrada; assim como o conceito de “agir político” de Arendt (1993, p. 52), aquele que permite aos homens a sequencialidade das ações ao recuperarem ações anteriores e “fazer um novo começo”, lidando com o que passou e reconciliando-se com o que existe.

nega-se às antigas querelas partidárias, voltando-se à divulgação do papel pedagógico do jornal e do jornalista e visando, de alguma maneira, educar os educadores, de tal maneira que os “gladiadores na liça da publicidade” abrem espaço para a literatura e para a leitura da cidade na imprensa porto-alegrense.

A metáfora, associando as imagens dos publicistas porto-alegrenses aos lutadores romanos, foi construída pelo redator d’**O Guayba** no editorial do primeiro número; assim também a associação da imprensa, como a arena desses combates, será recorrente e continuará a ser amplamente utilizada pelos redatores de outras revistas literárias da cidade. Tais recursos retóricos fazem parte dos códigos culturais compartilhados entre os letrados, num tempo em que os antigos e a cultura clássica eram os parâmetros de pensamento e comportamento.

Se hoje aparecemos, inexpertos gladiadores, na liça da publicidade, é para dar o grito de alerta nos arraiais silenciosos da mocidade, despertando essa plêiade de jovens esperançosos, cujas inteligências desabotoam agora aos raios vivificadores do talento, sacudindo-os da modorra que os entorpece, da descrença que os acabrunha, da ociosidade que os estraga, revelando-lhes o que eles podem, e mostrando-lhes o tempo que passa e o futuro que chega. (O GUAYBA, 03/08/1856, p. 1).⁸

A luta na qual se engajavam os letrados da Província sulina visava à conquista das jovens inteligências rio-grandenses para o trabalho literário. Tal ideal seguia a crença, gestada no século XVIII e consolidada no século XIX, no projeto iluminista de educar a sociedade, papel definido e endossado pela **Encyclopédie**, de D’Alembert e Diderot, segundo a qual os jornalistas exercem a arte “[...] não de agradar, mas de analisar e instruir.” (PALLARES-BURKE, 1995, p. 14).

Desse modo, a orientação editorial da revista, seja no formato ou no conteúdo dos artigos de opinião, filia-se a um tipo de jornalismo iniciado pelos periódicos iluministas ingleses do século XVIII. Tais características foram apresentadas e discutidas por Pallares-Burke (1995) ao analisar o **The Spectator**, periódico diário inglês editado em Londres entre 1711 e 1712, que, nesse breve período, conseguiu um grande êxito editorial ao vender 3 mil exemplares em apenas duas semanas de

⁸ O periódico **O Guayba** tem suas coleções, ainda que incompletas, preservadas nas seguintes instituições de pesquisa: Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; Setor de Obras Raras e Acervos Especiais; Coleção Júlio Petersen – Porto Alegre – RS; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRS – Porto Alegre – RS; e Museu de Comunicação Hipólito José da Costa – MUSECOM – Porto Alegre – RS.

existência, alcançando um público, segundo os cálculos dos eufóricos editores, de cerca de 60 mil leitores, a partir da estimativa de 20 leitores para cada exemplar vendido.⁹

Durante o século XVIII, a concepção de efemeridade atribuída ao periódico em contraste com a perenidade do livro não existe. Essa é uma ideia construída com a modernidade, no século XIX, que estabelece essa clivagem a partir da quantidade de informações descartáveis produzidas diariamente e consumidas com muita rapidez nas páginas soltas que formam o frágil suporte dos periódicos, noção que se opõe completamente à “solidez arquitetural” do livro, “guardião do saber”. (SGARD, 1983-84, p. 198-206).

Assim, o mesmo contexto, que produz a ideia de utilidade transitória em torno do jornal, torna possível a “[...] transformação das folhas avulsas dos periódicos em livros [...]” (PALLARES-BURKE, 1995, p. 14), porque responde a um tipo de demanda social que permite a alguns periódicos tornar seu conteúdo pedagogicamente útil, oferecendo aos leitores a possibilidade de adquirirem, de maneira mais acessível, conteúdos culturais de maior valor, como as biografias de personagens ilustres em resistentes volumes encadernados.

No editorial de 03/08/1856, ao concitarem os jovens a participarem dessa “perigosa cruzada” que enfrentaria a ociosidade, a descrença e a apatia, esses letrados propunham um ambiente que os estimulasse a trabalhar com esforço e dedicação em proveito da literatura, promovendo a união em torno desse interesse ao franquear “suas páginas aos ensaios de todas as inteligências” no intuito de estabelecer “um laço de fraternidade que ligue a mocidade na comunhão do trabalho”. Tal proposição, por não ignorar as consequências políticas dessa prática, deveria ser resguardada e protegida do tumulto das parcialidades políticas, conforme advertia o redator:

Será uma entidade neutral no campo da política provincial. Não advogará interesses de partido ou de pessoa alguma, não se converterá em eco dos ressentimentos, das paixões e das conveniências desencontradas que dividem a Província em grupos diversos. Mas, o que é bem distinto, falará talvez do povo, revelando-lhe os seus direitos, ensinando-lhe os seus deveres, e instigando-o a tornar-se digno da liberdade, que rasgando um dia o véu de trevas que o circunda, irá dourar o dossel de sua soberania. (O GUAYBA, 03/08/1856, p. 2).

⁹ Sobre a difusão dos impressos, formação da opinião pública, repercussão do ideário político por meio de impressos (folhas avulsas e periódicos) sob o Antigo Regime na França, ver: Chartier (1998) (esp. cap. VII, VIII e IX); Chartier (2004); Darton e Roche (1996) (esp. Parte III); Darton (1998) (esp. Parte III).

O propósito de se afastar das contendas políticas partidárias locais não restringe o exercício político do periódico, no sentido amplo da atuação no espaço público, já que tal atuação manifestava-se, seja através da missão pedagógica de instruir o público leitor em seus direitos e deveres a fim de torná-lo “digno da liberdade” e da soberania, seja no esclarecimento e formação da opinião pública sobre temas que mobilizassem a atenção dos leitores.

A necessidade de se afastar das divergências políticas visava também a estabelecer outras formas de expressão junto aos leitores, a fim de contribuir mais diretamente para o letramento da sociedade rio-grandense da época; por isso o esforço no sentido de constituir um espaço para o cultivo de uma escrita literária que mantivesse distância dos ressentimentos provocados pelas disputas partidárias. Esse, aliás, é um posicionamento que aparece em outros periódicos do período, como o **Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro**. Conforme destaca Dutra (2005, p. 126), “[...] vale lembrar que o **Almanaque** afirmava, desde seu primeiro número, em 1851, sua condição apolítica e se recusava a posicionar-se diante das causas da pátria e de tratar dos eventos da atualidade política.”

Tal condição, entretanto, não implicava em despolitização; ao contrário, Dutra (2005) explica que os textos relativos à história evidenciavam “a autoridade de antiga potência colonial”, manipulando, portanto, um tipo de capital simbólico que sustentava a ideia de domínio cultural. No caso porto-alegrense a opção pela literatura fez-se no sentido de superar a “pasquinagem”, apresentando propostas essencialmente culturais que objetivavam a discussão de temas variados e de assuntos de interesse direto para a sociedade rio-grandense, ou seja, a criação de uma leitura da vida urbana. Tal iniciativa era, segundo Alves (2005, p. 35), “[...] uma tentativa de criar um jornalismo alternativo à prática intrinsecamente opinativa que marcava a imprensa até aquele momento.”

Acompanha-se, portanto, a partir d’**O Guayba**, o surgimento de um grupo diferente de letrados. Um grupo que buscava sua inserção no espaço público por meio da constituição daquilo que viria a ser denominada “República das Letras” (MOREL, 2008, p. 35), ou seja, o grupo de letrados e escritores interessados em participar da cena pública por meio de outros meios que não apenas a política partidária. Morel explica que os letrados que se reuniam em torno de uma publicação periódica constituíam um tipo específico de associação entre “grupos com alguma estabilidade e identidade política”, de tal modo que:

Não se deve negligenciar dentro desses laços que se articulavam (criavam, mantinham ou refaziam), com densidades desiguais, uma forma de associação bastante específica em suas características, embora articulada com as demais: as redes de sociabilidade pela imprensa periódica. Essa pode ser considerada um palpável agente histórico, com sua materialidade no papel impresso e efetiva força simbólica das palavras que fazia circular, bem como os agentes que a produziam e dos leitores/ouvintes que de alguma forma eram receptores e também retransmissores de seus conteúdos. (MOREL, 2008, p. 35-41).

O alerta de Morel sobre a importância do estabelecimento das “redes de sociabilidade pela imprensa periódica” torna-se evidente nas páginas d’ **O Guayba**, que é confirmado, principalmente, pelo período de circulação dessa revista literária. O fôlego dessa publicação deve-se, entre outros aspectos, à sua aceitação pelo público leitor, por constituir-se em veículo de crítica social, em apêndice pedagógico, pela possibilidade de expressão da sociedade letrada da capital da Província de São Pedro e, ainda, pela persistência de seus criadores.

Assim, entende-se que criar um espaço para a produção literária de viés urbano na Província era o principal propósito dos jovens publicistas que deram início ao semanário **O Guayba** em 1856. Para tal compreensão toma-se aqui a formulação de Michel de Certeau (1994), segundo o qual, um “espaço” é o resultado de um “lugar praticado”, isto é, o espaço é o produto de um ato social. Considerando que, para a construção desse conceito, Certeau estabelece uma relação de uso social (uma prática) e associa espaço e lugar à leitura e à escrita, para ele, “o espaço é um lugar praticado” tal como a rua (lugar), definida pelo urbanismo, torna-se espaço pelo uso dos pedestres. “Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito.” (CERTEAU, 1994, p. 202). Portanto, a revista literária **O Guayba** constitui-se o primeiro espaço criado na Província para o exercício da escrita exclusivamente literária e de uma leitura que privilegia a cidade e seus outros modos de viver, ou seja, sem vínculos político-partidários ou finalidades comerciais explícitas.

A manutenção desse espaço configura o importante papel político desempenhado pelos periódicos considerados como instituição, assim como o compartilhamento das ações entre os membros desse espaço em construção reforça a ideia de projeção de seu trabalho como legado aos pósteros. A ação é aqui entendida como o modo de atuação no espaço público, isto é, o agir político. Conforme o

entendimento de Arendt (1993, p. 52)¹⁰, a escolha dessa definição deve-se às constantes tomadas de posição que os letrados precisaram manifestar ou defender publicamente.

Em defesa dos leitores e de políticas públicas para a instrução

Dois propósitos fundamentais são fixados pela equipe de redação d'O Guayba no ato de abertura da revista. O primeiro, criar um espaço para o exercício literário da juventude local; e o segundo, ser “uma entidade neutral no campo da política provincial”. Entretanto, ao posicionarem-se criticamente sobre as condições da “Instrução Pública” e do exercício da atividade jornalística na Província, inevitavelmente acabam adentrando a esfera política, não pela via partidária, mas pela via da ação pública, pela denúncia das más condições ou das dificuldades encontradas nos campos em que atuam (O GUAYBA, 03/08/1856, p. 2).

Desde os primeiros números (O GUAYBA, n. 3, 4 e 14 de 1856) os redatores arriscam-se a ferir suscetibilidades ao afirmarem que o Estado precisa contar com “cidadãos aptos” para o exercício dos “diferentes encargos de um sistema político”, pois não podem ficar à mercê das vontades que escolhem os ocupantes dos cargos tornando-os idôneos ao exercício de qualquer deles, desde que rezem “o credo dos apóstolos políticos”; ou ainda, quando se queixam da **morte prematura** de possíveis talentos que, pela imposição das “urgências políticas”, acabam desistindo de aprimorar os estudos. Por fim, apelam para que a mocidade seja obrigada a instruir-se e que cada pai, “[...] independente de sugestões legislativas, não se esquecesse do futuro e procurasse assegurar a seu filho os necessários elementos para viver um pouco acima do chão rasteiro da ignorância.” (O GUAYBA, 17/08/1856, p. 1). Reclamam também que o Estado não garante nem remuneração adequada ao professor, tampouco condições razoáveis ao exercício da profissão; que pela ausência de um sistema de instrução pública os professores ficam sujeitos a todo o tipo de solicitação dos pais quanto à educação dos filhos, e alguns são até acusados de “roubar os objetos destinados ao expediente nacional”, dadas as carentes condições de fornecimento do material escolar (O GUAYBA, 17/08/1856, p. 2). Além disso, afirmam que “o ensino particular é

¹⁰ “Se a essência de toda a ação, e em particular a da ação política, é fazer um novo começo, então a compreensão torna-se o outro lado da ação, a saber, aquela forma de cognição, diferente das muitas outras, que permite aos homens de ação (e não aos que se engajam na contemplação de um curso progressivo ou amaldiçoado da história), no final das contas, aprender a lidar com o que irrevogavelmente passou e reconciliar-se com o que inevitavelmente existe.” (ARENDR, 1993, p. 52).

preferível ao público” em virtude da concorrência com outros estabelecimentos; ao mesmo tempo, expõem as sofríveis condições de ensino do Lyceu, ao afirmar que a mocidade dali sai sem poder usar de seus conhecimentos pela falta das principais aulas, e insistem também na necessidade de “[...] uma escola-normal, que uniformize e facilite esse sistema doutrinário.” (O GUAYBA, 02/11/1856, p. 102).

Nos anos seguintes (O GUAYBA, n. 6; 8; 12; 32; 1857) a **Instrução Pública** continuará sendo foco de acaloradas discussões e, como os redatores são também professores, esse é um tema que os toca pessoalmente. Mas suas queixas apontam, além disso, para a impossibilidade de formação de um público leitor para a revista, pois a ausência ou precariedade da educação implicam também no fracasso das iniciativas de cunho cultural perspectivadas por eles (O GUAYBA, 01/08/1858, p. 209). Do mesmo modo insistirão no protesto sobre a baixa remuneração dos professores, que os rebaixa “[...] à esfera rasteira em que estão colocados os recadeiros das repartições públicas!” (O GUAYBA, 22/02/1857, p. 209), inviabilizando assim o acesso desse público ao consumo dos periódicos.

Nessa sequência temática, chama a atenção um artigo cuja argumentação é sobre a necessidade de edificações próprias para as escolas e reclama providências da Assembleia provincial (O GUAYBA, 08/08/1857, p. 251). O artigo traz a assinatura “Do Povo”, pseudônimo curioso que pretende indicar não tratar-se apenas de opinião da redação da revista. Julgamos que os redatores ao intitular-se desse modo colocam-se como uma espécie de “voz do povo”, para apresentar as reclamações que corriam “à boca miúda” sobre as precárias instalações das escolas.

Tal postura estaria em absoluta concordância com os princípios enunciados no editorial da revista desde o primeiro número, e reiterados em várias edições, especialmente em um artigo que exaltava a liberdade de imprensa e segundo o qual “[...] a imprensa é a voz do povo, [...] porque essa voz é a verdade, porque essa voz é o progresso.” (O GUAYBA, 31/08/1856, p. 33).

O surgimento d’**O Guayba** na cena urbana de Porto Alegre assinala duas questões significativas do ponto de vista da história sociocultural local. A primeira remete ao posicionamento dos redatores que demonstram um firme compromisso moral com a defesa da educação e com as condições de exercício do magistério, a segunda refere-se à configuração de um espaço diferenciado para as práticas letradas, um lugar de exercício político sem a necessidade de posicionamentos partidários explícitos.

Seguindo pelo mesmo caminho dos modelos iluministas do jornalismo do século XVIII, conforme demonstrado por Pallares-Burke (1995, 1996, 1998), que buscavam a divulgação e a propagação da cultura letrada do modo mais amplo possível, **O Guayba** atuou como espaço de formação de leitores e de escritores locais. Ao modo do “lugar praticado” formulado por Certeau (1994), construiu um espaço de ação política (ARENDDT, 1993) com a prática pública do debate sobre a educação dos jovens, difusão da literatura, da ilustração e, principalmente do exercício da urbanidade.

A imprensa é uma empresa urbana que forma escritores e produz leitores

Os artigos que abordam o exercício jornalístico trazem também a oportunidade de refletir sobre as condições de produção da revista, as expectativas dos leitores e as dificuldades enfrentadas pela linha editorial do periódico. De um lado, a escassez de material à disposição para publicação, mas também a preocupação em “ampliar o formato” para aumentar o espaço da revista. De outro, as dificuldades em atender aos diversos interesses e posicionamentos não apenas literários, mas, principalmente, as opiniões políticas emitidas por alguns artigos que lhes poderiam criar embaraços. Por isso, a justificativa de deixar “de parte alguns escritos” em função da reação pouco condescendente da opinião pública. Nesse ponto o editor Carlos Jansen é enfático a respeito das reclamações sobre a neutralidade do periódico nas “matérias de causa popular”, pois, segundo argumenta, a linha editorial “comedida” é adotada para proteger “os voos da primeira inspiração” dessa mocidade descuidosa que publica em suas páginas (O GUAYBA, 03/08/1857, p. 241-242).

Entre os aspectos que se referem à organização social do trabalho jornalístico na Província é importante destacar o nascimento da Associação Tipográfica em Rio Grande, anunciada em nota no último mês de circulação da revista, em dezembro de 1858, na qual o redator saudava a iniciativa por sua importância no amparo aos trabalhadores tipográficos. Um registro dessa natureza nos informa não apenas sobre as necessidades dos profissionais envolvidos no ofício jornalístico, mas também indica a existência de um número significativo de pessoas envolvidas nessa atividade demonstrando, portanto, a crescente importância do jornalismo naquela sociedade (O GUAYBA, 05/12/1858, p. 348).

N’**O Guayba** encontramos referências que dizem respeito à gerência da revista como um negócio. Uma delas refere-se ao fato de que o periódico era impresso em

oficina própria, ou seja, sendo Carlos Jansen o editor e principal redator responsável pelo periódico e também proprietário da Tipografia Brasileira-Alemã, a revista não dependia dos serviços de terceiros para impressão. Outra corresponde à atenção do editor com os assinantes pelas constantes explicações sobre quaisquer falhas, já que existem avisos que previnem sobre alguns equívocos de impressão, tais como:

Aviso: Tendo saído alguns números d'O Guayba errados na paginação, por descuido do impressor roga-se aos Srs.. assinantes que a receberam assim de mandarem reclamar nesta tipografia, a fim de se substituírem. Estão dadas as providências a fim de se não reproduzam destes casos, esperando merecermos desculpas dos nossos assinantes. (O GUAYBA, 17/05/1857, p. 160).

Assim como as questões relativas à distribuição dos exemplares ou dos prêmios prometidos, ou ainda de erros tipográficos. Tais procedimentos indicam um cuidado com a credibilidade da revista junto aos leitores. Esse relacionamento com os leitores, por meio dos avisos, era bastante comum nos periódicos do século XIX, sendo uma prática que se mantém até os dias atuais por meio de erratas, cartas dos leitores e comunicados. Mesmo em periódicos que vinham do exterior, como é o caso do **Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro** (1877, p. 120), essas questões de distribuição e de retificações eram habituais, pois muitas são as anotações encontradas nesse sentido e que podem compor um rico anedotário de histórias curiosas sobre equívocos de entrega.

A distribuição dos exemplares figurava entre os problemas mais comuns, principalmente no interior da Província, o que gerava muitas reclamações dos leitores/assinantes sobre atrasos e extravios, bem como dos editores, sobre os serviços pouco confiáveis dos correios (O GUAYBA, 21/02/1858, p.59). Justas reclamações, afinal, como garantir aos assinantes que a revista lhes chegaria às mãos sem contar com a confiança da entrega por parte dos correios? Além do extravio das correspondências, o artigo denunciava também a incúria dos responsáveis pelo recebimento e distribuição das cartas no interior da Província que muitas vezes até as violavam.

O segredo das cartas, cuja violação é por assim dizer uma violência à moral e à liberdade constituída, não é simplesmente o ponto de vista que nos acorda a pena. A confiança franca e ilegítima com que as cartas são recebidas para terem o destino que melhor convém à quem por malícia, ou por virtude as vai procurar, para entregá-las, exige uma pronta e eficaz cessação para que não continue à dar-se na campanha essa contínua falta de remessas, que é de supor não serem filhas senão da incúria dos correios. (O GUAYBA, 21/02/1858, p. 59).

Das estratégias adotadas pelos editores da revista, com vistas a granjear a simpatia dos assinantes e cativar o público leitor em geral, encontramos “[...] a promessa de dar todos os meses uma das poesias que publicar postas em música, ora um enigma pitoresco, um desenho, ou qualquer outra produção artística.” (O GUAYBA, 22/02/1857, p. 61). Devem ser citados entre os produtos de divulgação do periódico a **Folhinha Rio-Grandense** e **O Estafeta**, suplemento de anúncios, pelo qual pediam aos assinantes que ainda não os tinham recebido que viessem “[...] reclamá-los na Tipografia, declarando logo que se mudarem a sua nova morada, afim de não haver falta na entrega [...]”, e advertiam que consideram “[...] todos aqueles Srs., que não tiverem dado aviso contrário antes da entrega do último n.º de cada trimestre, como continuando na assinatura [...].” (O ESTAFETA. SUPLEMENTO D’ O GUAYBA, 08/03/1857, s/n (verso)).

No suplemento de anúncios percebe-se que, dos 15 anúncios publicados, cinco são de professores ou de estabelecimentos de ensino; destes, dois atuam no periódico, Jansen e Miranda. Dois anúncios referem-se aos produtos comercializados na tipografia como textos literários e informativos. E, ainda, dois avisos que trazem detalhes sobre o relacionamento da revista com seus assinantes.

A propaganda da venda de espaço publicitário no periódico diz que: “O preço dos anúncios é 100 Rs. por linha ou seu espaço para os não Assinantes, e para os Assinantes só 50 Rs. Na 1ª publicação havendo repetições pagar-se-á somente a metade por cada uma. Recebe-se anúncios até 6ª feira de tarde.” (O ESTAFETA. SUPLEMENTO D’ O GUAYBA, 08/03/1857, s/n). Tais dados contribuem para configurar o perfil de uma parcela do público leitor da revista, ou seja, aqueles letrados que, pelo exercício do magistério, estariam interessados em utilizar-se do periódico tanto como meio de divulgação de seus serviços, como nas discussões sobre as questões referentes à educação na Província, e também valerem-se dos textos publicados como material pedagógico.

No que se refere ao custo do periódico, sabemos que o valor mensal da assinatura, na capital, era de 1:000 réis

[...] paga em trimestres adiantados”, e que fora da capital o semestre adiantado custava 7:000 réis, podemos supor que a revista dispunha de um número razoável de subscritores, pelo menos nesse período inicial de circulação, pois além das despesas correntes da publicação (papel, tinta, trabalhadores, postagem) conseguiu arcar ainda com o valor de 200\$000 réis doado à caridade pública em setembro de 1857 “pelas economias de uma parte das receitas periódicas.

Situação que encontra correspondência nos agradecimentos de Jansen sobre a aceitação da revista, pois:

A empresa, ufanando-se de poder cumprir com aquilo que prometeu, agradece aos generosos Rio-Grandenses o grande interesse que tem mostrado por esta folha, ainda tão moderna e, entretanto, já tão intimamente aceita quase em todos os pontos da Província (O GUAYBA, 01/03/1857, ano 2, n.9, p.70).

O Guayba como monumento da cultura urbana local

Para o editor Carlos Jansen, a literatura e o periodismo eram entendidos como missão social; por mais árdua que seja a tarefa, ela é necessária para o desenvolvimento da sociedade, e por isso sumamente importante. O maior propósito dessa ação consistia no triunfo da memória de suas realizações, por isso propunha que a mocidade trabalhasse com afinco e dedicação para que restasse “[...] a lembrança deste nosso tentame”, e assim “ficaremos desculpados perante a ironia dos vindouros.” (O GUAYBA, 03/08/1857, p. 241).

A consciência da importância do papel da revista para a posteridade nas letras rio-grandenses era mais que uma aspiração do jovem editor, era um objetivo a ser alcançado por meio da imprensa. Durante o primeiro ano de sua existência são publicados apenas três artigos de fundo sobre o tema “Imprensa” e, desses, dois são dedicados ao aniversário do periódico. No mesmo intervalo de tempo são publicados sete artigos sobre a “Instrução Pública”, pois, a precariedade e desorganização da educação interferiam diretamente na disseminação da cultura letrada ou, conforme Jansen, “do amor às letras”, impedindo o adequado florescimento do público leitor e escritor na Província.

No terceiro e último ano da revista, são publicados sete artigos sobre a “Imprensa” ou o “Jornalismo” e cinco sobre a “Instrução Pública”. É interessante perceber que, apesar dos agradecimentos e louvores de Jansen aos assinantes e colaboradores da revista, a crítica ao exercício jornalístico na Província se torna mais acentuada. Percebe-se, portanto, que apesar da intenção em se manter distante dos embates políticos, propriamente ditos, **O Guayba** não consegue fugir à necessidade de manifestar-se sobre as condições do exercício jornalístico na Província, o que acaba resultando em julgamentos sobre os procedimentos de outros periódicos;

consequentemente, é lançado na arena política por outras vias. Assim, a manutenção da proposta de publicar “matérias amenas e instrutivas” esbarra na necessidade de esclarecer a população sobre as práticas disseminadas entre os letrados, o que pode resultar em desafetos ou, no limite, em críticas de todo o tipo (O GUAYBA, 02/05/1858, p. 105).

O “Jornalismo”, então, volta a ocupar o artigo de opinião da revista em tom de denúncia das más práticas e condutas dos escritores públicos, mas, apesar das críticas severas, Carlos Jansen evidencia em seu discurso dois temas principais: a liberdade e a memória.

Como dignos filhos do século dos escritores públicos, dos homens de letras engajados nas questões sociais e políticas de seu tempo, Carlos Jansen e seus colaboradores ocupam-se do primeiro ao último número em afirmar a importância do exercício e do espaço literário como um legado que constroem para o futuro. Seja como “apóstolos” a propagar a doutrina das luzes pela imprensa, ou como “gladiadores” a combater pelas letras na Província. A convicção de que suas ações seriam valorizadas no porvir demonstra uma preocupação com a história e a crença, acima de tudo, na preservação da memória de suas iniciativas por intermédio dos periódicos publicados. As palavras escritas e impressas seriam suas testemunhas.

Por isso, afirmam que a imprensa “é o grande teatro das lutas” da inteligência, “é o apóstolo da liberdade e do pensamento”, que a sua geração é “herdeira dos progressos acumulados pelas gerações passadas” e que, portanto, tem o “dever de enriquecer com novas aquisições” essa herança (O GUAYBA, 03/08/1856, p. 1). Insistem que a ideia de publicação “possui uma afinidade legítima com o pensamento de liberdade”, já que o jornal fala “ao rei e ao vassalo; na praça e no palácio; ao cidadão e ao herói” e, além disso, o jornal é o “trabalhador constante da obra da Imortalidade” (O GUAYBA, 31/08/1856, p. 33-34).

Ainda no campo semântico da memória, algumas edições adiante, ao comemorarem um ano de existência, referem-se ao periódico como um “pequeno monumento” ao estudo, ao trabalho e aos sacrifícios despendidos em sua execução; a modéstia, entretanto, é só aparente, pois que pelo sucesso da publicação “o passado já os teve inveja”, então, se por qualquer motivo a empresa malograr, nada se desperdiçou, já que restarão sobre seus cadáveres “as glórias do futuro” pela “lembrança desse tentame” (O GUAYBA, 03/08/1857, p. 241).

Reiniciam as atividades do terceiro ano de vida literária. O **Guayba** e seu redator, confiantes no futuro, reafirmam sua importante função como testemunhas das atividades dos jovens letrados locais a fim de que “um nome qualquer não fique sepultado no olvido”, e, regozijando-se de tê-la iniciado, agradecem o apoio recebido:

E nós que temos a satisfação de ter encetado a publicação deste periódico, mais nos ufanamos com a mocidade rio-grandense, enquanto, que lançando os olhos sobre outras Províncias onde há academias e mais ilustração reunida, vemos, é verdade, tentarem-se empresas literárias, porém, essas empresas pouco duram e quase nunca vingam; por isso o Rio-Grande gloriando-se de ter apoiado esta nossa tentativa, deve continuar a prestar sua coadjuvação que tanto honra a Província (O GUAYBA, 03/01/1858, p.01-02).

A pequena duração das publicações literárias, mencionada por Jansen, mesmo em “Províncias onde existem academias e mais ilustração reunida”, durante a década de 1850, pode ser constatada pelas pesquisas realizadas por Garmes (2006) sobre os periódicos literários e imprensa acadêmica em São Paulo e nos levantamentos sobre esse segmento em Pernambuco, como registra o *Introito* do primeiro número do **Arena. Periódico da Faculdade** (1858): Historiou, a seguir, o “mau destino” dos jornais acadêmicos, a que se aventuraram “jovens talentosos e diligentes”. Vedaram-lhe e perseverança “[...] uma série de insuperáveis obstáculos, um encadeamento de circunstâncias altamente desfavoráveis.” (NASCIMENTO, 1970, p. 96-97).

Portanto, não deve ser subestimada a persistência da circulação de nosso primeiro periódico literário, sobretudo considerando-se, como Jansen, os poucos recursos educacionais com os quais contava a capital rio-grandense.

Assim, cabe salientar que os leitores almejados não são os alunos das aulas de primeiras letras, mas aqueles envolvidos na produção, distribuição e divulgação dos impressos. Portanto, estão incluídos nessa categoria os trabalhadores das tipografias, mesmo os analfabetos, pois formam aquela parcela que ouve, com ou sem interesse, sobre os assuntos que circulam nas ruas; os comerciantes que leem e colocam à disposição dos fregueses periódicos e demais impressos, entre os produtos oferecidos à venda; os professores públicos e particulares que são também colaboradores e disseminadores desses periódicos; funcionários da administração pública, políticos, juízes, médicos, boticários e outros profissionais cuja atividade não possa prescindir de leitura e escrita, e por fim os jovens cujo letramento já está adiantado e, com auxílio dos

periódicos, podem exercitar essa competência inclusive como leitores aos familiares não alfabetizados.¹¹

O que se visa destacar é a tentativa permanente dos letrados locais em dotar a cidade de “[...] meios para recrear o espírito e instruir-se [...]” (FERREIRA, 1973, p. 20), pois as publicações periódicas entendidas como instituições testemunham sobre o esforço de um grupo interessado em construir espaços dedicados às práticas letradas. Mesmo que algumas não alcancem êxito ou tenham existência efêmera, suas iniciativas informam sobre capacidades, habilidades e necessidades, e indicam a consolidação daquele espaço público que permite o encontro e a reunião dos letrados (GOMES, 2014).

É, portanto, o conjunto de práticas e instituições que cria a demanda social que as sustenta: o público leitor efetivo e potencial. Conforme os dados de 1847, pode-se estimar a quantidade de potenciais leitores (e/ou ouvintes) dos periódicos, situados entre a população dos 11 aos 60 anos de idade, ou seja, 6.830 mulheres e 5.456 homens. Se mantivermos o percentual de 20% de pessoas alfabetizadas, haveria cerca de 2.500 potenciais leitores para os quatro periódicos existentes em 1849, que publicavam oito exemplares por semana, assim, talvez o **Gabinete de Leitura** de Wanzuller & Cia. não tenha fechado apenas por falta de leitores, conforme supôs Damasceno Ferreira (1973, p. 21-22).¹²

Entre 1853 e 1854, quando dois **Gabinetes de Leitura** foram organizados e colocaram à disposição dos subscritores 80 volumes, o primeiro, e mais de 17 mil, o segundo, que durou um ano, a cidade de Porto Alegre, por meio de suas sete tipografias, colocava em circulação regular e periódica de 16 a 14 exemplares por semana

¹¹ Historiadores dedicados ao tema têm procurado pensar em alternativas ou nos meios indiretos de captar informações sobre os leitores, ver Silva (2007, p.185-200); Morel e Barros (2003, p. 20-21). Neves (2002, p. 90-91) dá indicações sobre o melhor manejo das fontes, já que “a simples dimensão demográfica não é suficiente para avaliar o público leitor”; é “necessário avaliar também o grau de alfabetização da população e a distribuição social dessa aptidão”. De outra parte, a historiadora também sugere que se proceda a uma avaliação das atividades relacionadas ao comércio de livros e periódicos, bem como a identificação dos pontos de comércio, a fim de mapear o acesso dos leitores aos impressos.

¹² Para enfrentar a difícil questão sobre os potenciais leitores brasileiros num período de escassas informações, os pesquisadores têm se valido dos poucos indícios encontrados, meios indiretos e algumas intuições, como o exemplo de Roderick J. Barman, citado por Neves (2002, p.90), que apurou o índice de alfabetização da população masculina do Rio de Janeiro por meio dos 8 mil subscritores do **Manifesto do Fico** em 1821. Tomando o total dos habitantes livres do Rio de Janeiro (43.139), deduziu cerca de um terço, relativo aos menores de idade, e dividiu o resultado a fim de obter valores proporcionais entre os sexos. “Chegou, assim, a 14.380 homens adultos e livres, em relação aos quais os oito mil assinantes do *Manifesto* constituem quase 56%.”

correspondentes aos oito periódicos existentes nesse período, sendo que dois eram escritos em alemão, atividade que envolvia cerca de 19 colaboradores. São, portanto, números significativos que indicam um público capaz de leitura e incentivado a essa prática, ainda mais considerando que não havia muitos outros meios disponíveis para buscar informações ou “recrear o espírito” além das missas, retretas, bailes ou, eventualmente, o circo.

Não obstante o entusiasmo de Carlos Jansen, **O Guayba** cessa suas atividades durante o mês de abril de 1858. Mas ao retornar, em maio, saúda as reclamações dos leitores pela ausência da publicação, reitera o esforço no sentido de multiplicar as matérias amenas e instrutivas e mantém o propósito de excluir do programa da revista toda questão política a fim de seguirem fora “[...] de uma luta desagradável e insípida [...]” que só provoca “[...] o furacão excitado pelas paixões tumultuosas.” (O GUAYBA, 02/05/1858, p. 105).

No entanto, não é tão simples ao escritor público fugir das contendas que surgem do agir político, decorrentes do seu posicionamento sobre o exercício jornalístico. Embora Carlos Jansen volte a ressaltar a importância da palavra impressa que salvou do “olvido as obras dos grandes autores que gemiam ao peso do pó” até serem trazidas novamente à luz pela mão da imprensa; ainda que sustente a aliança entre a imprensa e a liberdade para exercê-la que, em contrapartida, torna-se “a liberdade de dar força às ideias por meio da palavra morta”, seu alvo é mesmo a prática do jornalismo que “em seus fins só é nobre e santo” se quem o exercer “não esconder sob um falso amor aos direitos de cidadão a calúnia e a infâmia”; se ao invés de “esclarecer o povo” servir apenas de instrumento de desonra e desgraça a serviço das paixões políticas que produzem “a anarquia, a desordem e o atraso da civilização”, conduzidos apenas por “mesquinhos ódios.” (O GUAYBA, 16/05/1858, p. 121-122).

Como de praxe, em agosto Jansen comemora a edição de aniversário da revista, embora em tom mais moderado, pois lamenta que ainda “o amor das letras não está tão espalhado como seria para desejar”, e justifica tal estado pelo total abandono da instrução primária e secundária (O GUAYBA, 01/08/1858, p. 209). Em setembro retoma a discussão do ofício jornalístico por meio de um extrato do texto teatral **Pedro**, de Mendes Leal, autor português cujo texto critica severamente o modo irresponsável com que o jornalismo tem manejado o poder de destruir reputações por meio da difamação e da calúnia, que são usadas como “armas de partido”, tornando o jornalista um impune “assassino moral” (O GUAYBA, 19/09/1858, p.257).

A peça, que aparece n' **O Guayba** sob o título “O jornalismo e a atualidade”, foi escrita em 1849, publicada em 1857, em Porto Alegre, e levada aos palcos portugueses em 1863, conforme Rebello (1980, p.73). Deve-se observar que esse “drama de atualidade” obedecia a duas orientações pedagógicas básicas: “a cópia e a lição”; isto é, seu objetivo era ir além da simples recreação dos espíritos, visava educá-los. Buscava “[...] instruir as classes mais inferiores da sociedade [...]” pela reprodução dos costumes contemporâneos, ou seja, “[...] dar o castigo ao vício e o prêmio à virtude.” (REBELLO, 1980, p. 76).

Nesse sentido, portanto, encontra-se a linguagem teatral em convergência com os propósitos do jornalismo educativo, conforme aspirava Carlos Jansen. Um bom exemplo dessa atitude discursiva está expresso no seguinte trecho do diálogo de **Pedro**:

Perdão se me exaltei. É que eu olho e não vejo em torno de mim, senão as hostilidades dos interesses a hipocrisia dos sentimentos, a rivalidade das ambições, a luta repugnante das vaidades egoístas: nunca a honrosa comunidade da pátria. (O GUAYBA, 19/09/1858, p. 257).

Em outubro não é o artigo de fundo que chama a atenção para o exercício jornalístico, mas uma pequena nota intitulada “Cavaquinho” que, justamente por ser breve, vai direto ao ponto sobre a liberdade na imprensa. Assinada por M. M., as iniciais do novo colaborador na redação da revista, Miguel Meyrelles¹³, a nota é encimada pela citação do Capítulo IV dos direitos do cidadão brasileiro, que garante o direito de livre expressão pela Constituição do Império.¹⁴ E é como brasileiro e constitucional que o novo redator apresenta-se à arena jornalística explicando aos leitores os motivos que o levaram a assumir tal responsabilidade.

¹³ Miguel de Oliveira Meyrelles (1828-1872), nesse grupo, representou a classe militar. Estudou na Academia Militar da Corte. Participou da Campanha no Uruguai em 1853. Da política, participou pelo Partido Liberal como deputado da Assembleia Provincial em 1859. Foi reformado como tenente por motivos de saúde em 1861, mas retornou às tropas na Guerra do Paraguai. Escreveu dramas e comédias para o teatro e publicou a biografia do Marechal Gaspar Francisco Menna Barreto, em 1856, no **O Guayba**. Também foi admitido como sócio correspondente do IHGPSP em 20 de julho de 1862. (REVISTA DO IHGRGS, n.123, 1982, p. 167). Miguel Meyrelles terá sua biografia publicada na **Revista do Parthenon Litterario** em 1873.

¹⁴ “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-las pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder, pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar. (Cap. IV dos direitos do cidadão brasileiro: Vid. C. Política do Império).” (O GUAYBA, 10/10/1858, ano 3, n. 36, p.282).

Hoje, como sempre, escrevemos por amor das letras e se o véu que tem envolvido nossa pena, não porque ela se molhe no tise da calúnia, mas sim porque é fraca, se rasga finalmente, é apenas porque convidados pela mais sincera amizade, a assentar nosso nome no — modesto O Guayba, não quisemos juntar à pouquidade, o charlatanismo de uma deferência estudada, não quisemos desprezar uma glória que nem todos podem compreender porque raramente se dá valor, a aquilo de que não se tira vantagens políticas, ou peculiares. Apreciamos o convite que se nos fez e se antes o havíamos recusado, hoje o aceitamos com satisfação. [...] Opiniões haverão que nos censurem, críticos insólitos que nos mordam, quem sabe se mesmo não teremos bem difíceis momentos, pelo passo que damos? Que importa: aos censores diremos: “vinde ao trabalho, mostrai vossa aptidão, para que vos respeitemos como mestres; do contrário, dai lugar, dai lugar ao que não podeis alcançar” a crítica, esperaremos tranqüilos, temos bastante em que nos ocupe, para estar a repelir a cada momento, o ganir enfadonho de quanto Cérbero por aí apanha migalhas. (O GUAYBA, 10/10/1858, p.282).

Tal justificação pública importa na medida em que dá indicações sobre as dificuldades enfrentadas pelos letrados que se aventuravam na seara jornalística local, pois Meyrelles alega que “[...] nem todos podem compreender porque raramente se dá valor, a aquilo de que não se tira vantagens políticas, ou peculiares (sic).” Portanto, o novo redator julga que poderá sofrer “difíceis momentos”, pelas censuras feitas por críticos mordazes, que apenas se encarregam de destruir iniciativas sem apresentar trabalhos que substituam a contento a produção criticada.

O que chama a atenção no discurso de Meyrelles é o preconceito vivenciado pelos letrados maduros que não atuavam na esfera da imprensa política e que, ao dedicarem-se a outras áreas da escrita pública, sofriam variadas críticas. Pois se, por um lado, era esperado e até mesmo desejado que os jovens letrados atuassem na área literária a fim de adestrarem-se para exibir os dotes estilísticos. Por outro, aos homens maduros parecia estar reservada uma atuação mais sóbria, exclusivamente política ou profissional conforme a área de sua atuação (SÁ, 2006).

Exemplo de resistência a tais práticas é citado por Ana Luiza Martins (2008) sobre a produção literária paulista via imprensa periódica, como extensiva da produção literária nacional. A historiadora informa que, mesmo em cidades com maior ocorrência da atividade jornalística, registrou:

[...] um preconceito constante e efetivo que fatalmente dividia o bacharel já formado: o divórcio que havia entre as letras e a dignidade das funções públicas, mesmo no Brasil imperial, ao tempo dos românticos. Convinha cautela aos escritores que produziam literatura e almejavam ascender na carreira política e obter êxito social. A figura do literato era vista com restrições no crivo político, razão pela qual muitos deles valeram-se do anonimato ou do pseudônimo para colocar-se literariamente na imprensa. (MARTINS, 2008, p. 59-60).

Tais justificativas apontam justamente para as dificuldades iniciais da construção do outro espaço de exercício e manifestação dos letrados. Os artigos sobre a imprensa e o jornalismo constituem depoimentos sobre os esforços empreendidos nesse sentido, e informam sobre as resistências encontradas em sua consolidação.¹⁵

A imprensa como palco da vida literária

Outras duas edições retornarão ao tema exaltando não só a atividade jornalística em geral, como a opção pelo ramo “mais pobre e mais calmo” da imprensa; afinal, “[...] a literatura, não tem essas galas adquiridas na pugna dos combates, não tem esse renome que se adquire nas grandes questões; porém tem essa doce e pura felicidade, que só pode dar a paz e a liberdade.” (O GUAYBA, 24/10/1858, p.297).

Todavia, embora reafirmem sua intenção e vontade em permanecer na seara da imprensa literária, o último artigo publicado em novembro sugere o quão árdua tornava-se tal tarefa numa sociedade que ainda estava bastante habituada aos embates das parcialidades políticas por meio dos jornais e aos posicionamentos radicalmente estabelecidos de um ou de outro lado. Queixa, aliás, frequente também em outras regiões do país, conforme se constata nos periódicos literários de Pernambuco. N’O **Heliotropio**, jornal literário de 1856, o editorial de apresentação ocupou-se das dificuldades da imprensa literária no Recife, na qual “a política, e somente ela, é quem absorve a atenção do nosso jornalismo”. Assim como na **Revista Acadêmica, Ciências e Literatura** (1858), “[...] a nossa imprensa periódica, longe de atestar a nossa moralidade e ilustração [...] [tem servido para] os ódios mesquinhos, as intrigas

¹⁵ Sobre os antagonismos e as resistências na criação de espaços para a atuação dos homens de letras e mesmo na constituição do ethos “homens de ciência”, em oposição aos “homens de letras” no final do oitocentos no Brasil, ver: Sá (2006).

familiares, as ambições ilegítimas verteram nas suas colunas todo o fel que pode conter o coração pervertido.” (NASCIMENTO, 1970, p. 67; 95-96).

Noutro artigo uma declaração da redação informa que “[...] nenhum original será devolvido, embora não o achar próprio para a publicação [...]”, e que “[...] não aceitará escrito de interesse individual, ou de agressão particular.” (O GUAYBA, 14/11/1858, p. 321). Tal nota, além de indicar o costume dos leitores de utilizar os periódicos como veículo para manifestar suas opiniões nas questões do momento, expressa também a convicção dos periodistas de se afastarem das práticas que tanto condenavam. Mantinha-se, assim, fiel ao estrito objetivo de atenderem apenas aos interesses da literatura na Província, recusando qualquer texto “de agressão particular”.¹⁶

Segue reafirmando sua crença na missão da imprensa como esclarecedora do povo. Ao louvar a instituição jornalística, justifica que a existência do periódico representa “a expressão do progresso” e insiste na importância dos valores de liberdade e justiça “de um país constitucional”. Adverte que, quando seu exercício desvirtua desses sagrados preceitos, torna-se “apenas o órgão do mesquinho ressentimento, o alçôz da inocência e da honra”. Lamenta, enfim, que “em nosso país” a sua principal finalidade “é desgraçadamente a política!”, mas deseja que, no futuro, o “espírito novel” do país reaja “deixando um lugar à literatura” que por ventura ainda resiste na “Imprensa Brasileira!”. (O GUAYBA, 14/11/1858, p. 321-322).

O periódico **O Guayba** estabelece, portanto, não apenas o início das atividades de uma imprensa exclusivamente literária na Província, ou ainda o primeiro espaço para a manifestação das inspirações dos jovens letrados; ele assinala, também, um momento de emergência da necessidade de produzir uma memória das práticas letradas. Com ele principia a construção de um legado de interesse pelas letras, pela educação e pela história no Rio Grande de São Pedro. Com **O Guayba** surge a consciência da importância da posteridade das letras rio-grandenses, e a valorização da cultura urbana nos periódicos da província, desde já materializada nesse “pequeno monumento” criado para ser lembrado e preservado (LE GOFF, 1996, p. 548; RICOEUR, 1997, p. 199).

E Carlos Jansen é a figura que articulou a emergência desse espaço, por seu esforço e persistência na publicação da revista, assim como pela absoluta convicção na

¹⁶ Sobre esta prática comum na imprensa da época, explica Martins: “Curiosas e instigantes eram as seções ‘A pedidos’, que mediante pagamento veiculavam reclamações dos leitores, de ordinário voltadas contra o governo. O espaço de livre colocação se tornara chamariz para o jornal, pela atração exercida sobre os consumidores para ali se posicionarem sobre assuntos variados.” (MARTINS, 2008, p.63).

importância do trabalho que inaugurava e desenvolvia, transmitindo a sua consciência sobre a atividade jornalística e educacional, que incluía uma consciência de continuidade, de responsabilidade pelo que recebeu do passado, mas, principalmente, por seu compromisso e contribuição para com o futuro. O texto jornalístico não foi considerado efêmero, tampouco descartável por Jansen, ao contrário, foi um trabalho de construção de um espaço para o aprimoramento da escrita literária e para o exercício da opinião pública, para que pudéssemos, hoje, construir um passado sobre a imprensa sul-rio-grandense a partir da preservação das memórias daquelas práticas e seus autores.

Assim, ao efetuar a conversão dos periódicos literários em fontes históricas e considerá-los constituintes de uma instituição sociocultural, capaz de formar e conferir um perfil de atuação específico aos seus integrantes, nosso gesto historiador ressignifica o que foi um meio de expressão e divulgação das ideias literárias. Estabelece agora um lugar de práticas letradas, num sentido bem mais amplo de atuação política e redimensiona ações, aparentemente isoladas, ao incluí-las numa cadeia de práticas sociais tornando-as partes escandidas do mesmo encadeamento histórico, qual seja, aquele que produz outro espaço e modo de atuação política e social para os homens da Província.

Desse modo, pode ser concebido o monumento por trás do documento, ou o acervo contido na memória arquivada nos periódicos literários, cuja conservação tornou possível perceber que o documento é parte de um monumento na medida em que ele contribui para edificar uma ideia e a ideia edificada pelo documento é o monumento que ele contém.

O Guayba: the role of literary journalism in the training of young Rio Grande do Sul in Porto Alegre (1856-1858)

Abstract

This article presents an analysis on the literary journal **O Guayba** which circulated in Porto Alegre from 1856 to 1858 and its diffuser role of literary culture produced in the Province, understanding it as a training space for young people to act in the press and in the exercise of public opinion. The aspects analyzed are the newspaper's structure as a company and its relationship strategies and readership maintenance, as well as the content, especially concerning the editorial expressing the most important topics for journal editors: the role of education and press in the political and literary education of young people in the society of Rio Grande do Sul.

Keywords: Newspapers; Literary culture; Nineteenth century; Porto Alegre; Press.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

CENTRO DE LITERATURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA – CLEPUL, Lisboa, Portugal. **Novo Almanach De Lembranças Luso-Brasileiro**: para 1872 a 1879. Lisboa: Lallemand Frères, Typographos, 1871 a 1878. (8 volumes).

BIBLIOTECA CENTRAL DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS. Setor de Obras Raras e Acervos Especiais: Coleção Júlio Petersen. Porto Alegre, RS. **O Guayba, periódico semanal, literário e recreativo**. Porto Alegre, agosto a dezembro de 1856, Typographia brasileira-alemã. (22 exemplares).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL – IHGRS. Porto Alegre, RS. **O Guayba, periódico semanal, literário e recreativo**. Porto Alegre, janeiro a dezembro de 1857, Typographia brasileira-alemã. (46 exemplares).

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre, 1863, ano 4, v. 4, n. 1, Typographia do Correio do Sul. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, n. 123, 1982. (reedição).

MUSEU DE COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA – MUSECOM. Setor de Periódicos. Porto Alegre – RS. **O Guayba, periódico semanal, literário e recreativo**. Porto Alegre, janeiro a dezembro de 1858, Typographia brasileira-alemã. (47 exemplares).

Fontes secundárias

ADORNO, Sergio. **Os aprendizes do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

ALVES, Francisco das Neves. A imprensa literária no sul do Brasil no século XIX: um estudo de caso. In: VAZ, Artur Emilio Alarcon; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre; CURY, Maria Zilda Ferreira (Org.). **Literatura em revista (e jornal): periódicos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais**. Belo Horizonte; Rio Grande: Faculdade de Letras da UFMG, POS-LIT FURG, 2005.

ANGENOT, Marc. Para uma Teoria do Discurso Social: Problemática de uma pesquisa em andamento. (Tradução Zilá Bernd). In: **Cadernos (UFRGS)**, Porto Alegre, n. 7, p. 8, 1992.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. Santos: Martins, 1967.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. A República das Letras Europeia, 1500-2000. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 277-288, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000200021&script=sci_arttext>. Acesso em: 07 maio 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CESAR, Guilhermino. **História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)**. Porto Alegre: Globo, 1971.

DARTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). **A Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: EdUSP, 1996.

DARTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

DUTRA, Eliana de Freitas. Laços Fraternos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, Ano XLI, n. 117, p. 116-127, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Lacos_Fraternos.PDF>. Acesso em: 13 maio 2014.

CHARTIER, Roger. **As utilizações do Objecto Impresso**. Lisboa: DIFEL, 1998.

CHARTIER, Roger. **À Beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: EdUNESP, 2004.

FERREIRA, Athos Damasceno. **Gabinetes de Leitura e Bibliotecas do Rio Grande do Sul no século XIX**. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais; Ministério da Educação e Cultura, 1973.

GARMES, Hélder. **O romantismo paulista: os Ensaios Literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860**. São Paulo: Alameda, 2006.

GOMES, Carla Renata A. Souza. **Entre Tinteiros e Bagadus: memórias feitas de sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2012.

GOMES, Carla Renata A. Souza. Periódicos, escolas e livros: o cenário das letras na Província do Rio Grande de São Pedro (1820-1855). In: RIBEIRO, Gladys Sabina; MARTINS, Ismênia; FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz (Org.). **O oitocentos sob novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Alameda, 2014. p. 207-230.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAYTANO, Dante de. Estudo crítico e biográfico. In: JANSEN, Carlos. **O Patuá**. Novela gauchesca (1879-1880). Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul/IFCH/UFRGS, 1974.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EdUFRGS/IEL, 1978.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Vol. V Periódicos do Recife (1851-1875). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. **Corcundas e Constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2002.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **The Spectator, o teatro das luzes**: diálogo e imprensa no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1995.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Caderno de Pesquisa (USP)**, São Paulo, n. 104, p. 144-161, jul. 1998. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/723/737>>. Acesso em: 12 maio 2014.

REBELLO, Luiz Francisco. **O Teatro Romântico (1838-1869)**. Venda Nova, Amadora/Portugal: Livraria Bertrand, 1980.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

SÁ, Dominichi Miranda de. **A ciência como profissão**: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SCHENEIDER, Regina Portella. **A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. Porto Alegre: EdUFRGS/EST Edições, 1993.

SGARD, Jean. La multiplication des periodiques. In: MARTIN, H. J.; CHARTIER, R. (Ed.). **Histoire de l'édition française**. 2 vols. Paris: Promodis, 1983-84.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

Recebido em junho de 2015.
Aprovado em setembro de 2015.

